



**UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS DE
BARBACENA FACEC
CURSO DE PSICOLOGIA**

EDERVAL DE ANDRADE QUEIROZ

**TRABALHO, SOFRIMENTO PSÍQUICO E CONTEMPORANEIDADE: uma leitura
sócio-histórica e psicanalítica**

**BARBACENA
2014**

EDERVAL DE ANDRADE QUEIROZ

**TRABALHO, SOFRIMENTO PSÍQUICO E CONTEMPORANEIDADE: uma
leitura sócio-histórica e psicanalítica**

Monografia apresentada à
Universidade Presidente Antônio
Carlos – UNIPAC, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Psicologia

Orientador: Prof. Me. Rodrigo Torres
Oliveira

**BARBACENA
2014**

EDERVAL DE ANDRADE QUEIROZ

TRABALHO, SOFRIMENTO PSÍQUICO E CONTEMPORANEIDADE: uma
leitura sócio-histórica e psicanalítica

Monografia apresentada à
Universidade Presidente Antônio
Carlos – UNIPAC, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Psicologia

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Rodrigo Torres Oliveira
Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC

Prof^a Dra. Ângela Buciano do Rosário
Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC

Prof. Dr. Helder Rodrigues Pereira
Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC

Agradecimentos

A Deus por ter me concedido saúde, perseverança e coragem para chegar até aqui.

Aos meus pais, minhas irmãs e meus sobrinhos que sempre me apoiaram.

Em especial à minha esposa Patrícia que soube relevar durante esses cinco anos os momentos em que não pude lhe dar a devida atenção, pelos finais de semana em que ficou em casa me apoiando na escrita deste trabalho, enfim, por ter incentivado e acreditado em mim a todo instante.

Ao meu orientador por me tranquilizar nos momentos de angústia e me conduzir na elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação, o meu muito obrigado.

Resumo

As relações de trabalho sofreram profundas mudanças ao longo dos séculos. Após a revolução industrial, o trabalho tornou-se indispensável para que o indivíduo confirme a sua identidade e se insira na sociedade. No entanto, o trabalho atualmente, gera um mal-estar, um sofrimento psíquico que motivou a pesquisa se tal sofrimento já existia ou se o mesmo é consequência da sociedade pós-moderna. Para tanto, procurou-se fazer um levantamento bibliográfico das relações de trabalho que compreende o período do século XVI, passando pela Revolução Industrial e chegando à Revolução Tecnológica, a era da informação. O trabalhador na sociedade contemporânea passou da condição alienada para uma condição na qual seus corpos e mentes são controlados para internalizar a máxima de que é preciso trabalhar mais para que se consuma cada vez mais. Neste cenário, a psicologia é chamada a contribuir juntamente com outras ciências, no intuito de intervir na relação homem-trabalho e possibilitar que o indivíduo possa emergir enquanto sujeito.

Palavras-chave: Trabalho. Sofrimento psíquico. Psicanálise.

Abstract

Working relationships have undergone deep changes over the centuries. After the industrial revolution, the work has become essential for the individual to confirm your identity and insert himself into society. However, the current work creates an uneasiness, a mental suffering that motivated this research investigate if the suffering always existed or if it is a results of the post-modern society. In order to achieve this, it was been done a literature review of the labor relations, which covered the period of the sixteenth century ,getting started in the industrial revolution and finishing in the technology revolution, the age of information. The worker in contemporary society switched from the alienated condition to a condition which their bodies and minds are controlled to internalize the principle that more work is needed to consume more and more. In this case, psychology is called to contribute along with other sciences, in order to intervene in man-labor relation and enable the individual to emerge as a subject.

Keywords: Work. Mental suffering. Psychoanalysis

Sumário

1 Introdução	7
2 Trabalho: conceito e evolução histórica a partir do século XVI.....	9
2 Sofrimento psíquico e trabalho	15
3 O trabalho contemporâneo numa perspectiva sócio-histórica e psicanalítica	21
4 Considerações finais.....	29
Referencias	31

1 Introdução

A origem da palavra trabalho é do latim *tripallium* que está relacionada a uma espécie de castigo utilizado na Idade Média. O *tripallium* era um instrumento formado por três paus fincados no chão, nos quais o condenado era castigado. Na interpretação da Bíblia pela Igreja Católica, o trabalho não está relacionado à tortura, mas sim ao sofrimento trazido pelo pecado original pelo qual o homem foi condenado a viver com o “suor do próprio rosto”. No entanto, o trabalho também tem a sua interpretação positiva; os protestantes, principalmente baseados no Calvinismo, trouxeram a ideia de trabalho como algo libertador e fonte de salvação.

Após a Revolução Industrial, com a consolidação do sistema capitalista, o trabalho tornou-se condição essencial para que o sujeito esteja inserido na sociedade, não sendo possível desvincular o homem moderno do trabalho, pois só através deste o sujeito consegue confirmar sua identidade e inserir-se socialmente.

O trabalho contemporâneo vem sofrendo profundas transformações no que se refere à relação homem-trabalho. O avanço tecnológico, a precarização do trabalho, o aumento da competitividade e a exigência de qualificação cada vez maior têm gerado um sofrimento psíquico sem precedentes nos profissionais das diversas áreas, especialmente naquelas profissões que surgiram no mundo moderno.

Apesar de o sofrimento nas relações de trabalho não ser característica somente da contemporaneidade, nota-se um mal-estar cada vez mais acentuado do homem moderno com o trabalho que desenvolve, trazendo sérias consequências para a sua vida, como por exemplo, doenças relacionadas à sua atividade laboral dentre elas: a síndrome de Burnout, depressão, síndrome do pânico, estresse generalizado.

Diante do exposto, cabe a pergunta: o que há no mundo do trabalho contemporâneo que tem levado o trabalhador a desenvolver essas patologias? Seria pelo fato de os postos de trabalho, em sua grande maioria, não oferecerem estabilidade no emprego? Ou devido à exigência por metas de produção e desempenho cada vez maiores? Ou ainda pelo fato de as empresas ignorarem cada vez mais a subjetividade do trabalhador?

Com foco no sofrimento psíquico no trabalho contemporâneo, o presente trabalho busca através de uma revisão bibliográfica, consultando livros, periódicos, artigos científicos, plataforma Scielo e google acadêmico; baseada na visão

psicanalítica, na filosofia, psicossociologia e na psicologia social compreender a relação do homem com o trabalho nos dias atuais com o intuito de contextualizar esse sofrimento, quais as mudanças no mundo do trabalho que contribuem para que o adoecimento psíquico ocorra e como a psicologia pode intervir nessa situação. Os autores que deram sustentação teórica ao presente trabalho foram Marx, Dejours, Deleuze, Foucault, Bauman, Engels dentre outros.

O presente trabalho é de suma importância pois busca compreender o mal-estar contemporâneo no mundo do trabalho e ressaltar o papel da subjetividade para que o trabalhador possa gozar de equilíbrio mental, contribuindo assim para que o profissional da Psicologia intervenha nos diversos contextos, seja na clínica, nas organizações, identificando saídas possíveis para o sofrimento do sujeito e, desta forma, evitando o seu adoecimento.

No primeiro capítulo será realizado um breve percurso histórico acerca da história do trabalho na Europa no período que compreende o século XVI, período marcado por profundas mudanças ocorridas na forma de produção, passando pela Revolução Industrial no século XVIII marcada pelo aumento da produção devido à introdução das máquinas no processo produtivo em detrimento da produção manufatureira; depois a consolidação do modo de produção capitalista e o surgimento de duas classes sociais: os capitalistas e os proletários; além do surgimento do Estado Moderno que tem como principal função atender os interesses dos donos do capital.

O segundo capítulo traz o sofrimento psíquico gerado pelo trabalho, suas possíveis causas que dentre vários fatores destaca-se a organização do trabalho que impede o trabalhador de usar a sua criatividade e inteligência.

E por último, no terceiro capítulo será abordada as relações de trabalho no mundo contemporâneo, sobretudo como a tecnologia tem criado novas subjetividades cada vez mais dominadas pela tecnologia a serviço da sociedade de controle; além de discutirmos a relação entre saúde psíquica e trabalho as contribuições que a psicologia, especialmente a psicanálise através de seus pressupostos, a ergonomia, psicologia social do trabalho e psicodinâmica do trabalho podem oferecer a este campo do saber .

2 Trabalho: conceito e evolução histórica a partir do século XVI

O trabalho é uma atividade fundamental na vida do homem, pois em torno deste se sustenta toda a sociedade. Segundo Marx (1867/1996, p. 297)

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida.

Para Engels (1876/1999) o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. É em tal grau que podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (p.4). Segundo o mesmo autor somente o homem, através do trabalho consegue fazer com que a natureza lhe sirva, modificando-a, dominando-a, embora esse domínio, muitas vezes traga conseqüências indesejáveis.

Outro aspecto do trabalho que é exclusivo do homem e que lhe difere dos animais é a transformação consciente da natureza com um determinado objetivo.

Segundo Marx (1867/1996, p.297/298):

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham é exigida a vontade orientada a um fim [...]

Apesar de idealizar o trabalho antes mesmo de finalizar o processo, o homem não se vê no objeto que produziu e nem a mercadoria produzida lhe pertence; segundo Marx (1844/2004, p. 80) há um estranhamento entre o

trabalhador e o trabalho realizado, conforme o mesmo autor: “[...] o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor “.

Sendo assim, o trabalho que a princípio era uma atividade vital, a essência do ser humano, passou a ser apenas um meio de existência.

Outro conceito trazido por Marx (p.81) é a exteriorização que ocorre quando o trabalho é percebido como algo externo ao trabalhador, sendo algo que não lhe pertence; quanto mais o trabalhador produz, mais ele cria um mundo objetivo diante de si que lhe causa estranheza e por conseguinte um empobrecimento de seu mundo interior, além da constatação de não pertencer a si mesmo.

Ao longo do tempo as relações de trabalho foram se modificando devido às mudanças político-econômicas ocorridas; para contextualizarmos este processo de mudança, iremos fazer um recorte a partir do século XVI na Europa considerando as profundas mudanças ocorridas na forma de produção.

De acordo com Burke (2006, p.7) a produção era baseada na agricultura, através dos senhores feudais que detinham os meios de produção e arrendavam as terras da Igreja em troca de proteção militar. Por outro lado, estavam os camponeses que ofereciam sua força de trabalho ao senhor feudal por um período, em troca de um pedaço de terra para que produzisse nela nas horas em que não estivesse servindo ao senhor feudal, no entanto, o camponês era servo permanente desse senhor sem que pudesse deixar as suas terras, período que ficou conhecido como Idade Média.

Nesse período, o trabalhador camponês detinha o conhecimento de todo o processo de produção, bem como produzia suas ferramentas e os próprios meios de produção. Havia também outro tipo de trabalhador, o artesão, que morava nas cidades; este era dono dos meios de produção, os produtos que resultavam de seu trabalho lhe pertenciam, portanto, era considerado como um trabalhador livre. Da mesma forma que o trabalhador camponês, o artesão conhecia todo o processo de produção do seu trabalho, utilizando tanto a sua capacidade física quanto intelectual em sua atividade laboral.

Conforme Burke (2006, p.9), a expansão do comércio na Europa que foi impulsionada pelas grandes navegações e expansão marítima fez com que emergisse uma nova classe de comerciantes que fizeram concorrência frente às mercadorias produzidas pelo sistema feudal e pelos artesãos. Em consequência

disso, os artesãos foram perdendo os meios de produção, restando-lhes apenas vender aquilo que lhes sobrara; a sua força de trabalho aos detentores do meio de produção, donos do capital.

Com a Revolução Industrial no século XVIII, período que foi marcado pelo aumento da produção, devido à introdução das máquinas que substituíram a produção manufatureira, os donos do capital tiveram ao mesmo tempo um aumento significativo na oferta e barateamento da mão de obra, e a diminuição dos custos de produção.

Segundo Marx e Engels (1872/1998, p.14-15):

O trabalho dos proletários perdeu, com a expansão da maquinaria e da divisão do trabalho, todo o caráter autônomo e, portanto, todos os atrativos. O proletário torna-se um mero acessório da máquina, e dele se exige apenas o manejo mais simples, mais monótono e mais fácil de aprender. Assim, os custos do operário se reduzem quase aos meios de subsistência de que necessita para o seu sustento e para a reprodução da sua espécie. O preço de uma mercadoria e, portanto, o do trabalho também, é, todavia, igual ao seu custo de produção. Logo, quanto mais cresce o caráter enfadonho do trabalho, mais se reduz o salário. Mais ainda: na medida em que crescem a maquinaria e a divisão do trabalho, cresce também a quantidade de trabalho, seja pelo aumento do trabalho exigido num determinado lapso de tempo, seja pela aceleração do movimento das máquinas etc.

Diante de tais mudanças, as relações de trabalho, econômicas e sociais também foram modificadas, surgindo a partir daí duas novas classes sociais, a saber: os capitalistas e os trabalhadores assalariados. Devido à expansão do regime capitalista, a separação entre essas duas classes se acentuou cada vez mais.

De acordo com Marx (1867/1988, p. 252):

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios de subsistência e de produção de capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Assim, a chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

Essa separação entre aqueles que possuem os meios de produção e os trabalhadores assalariados tem sua origem no processo de libertação da servidão imposta aos trabalhadores no período feudal, uma vez livres, estes puderam oferecer a sua força de trabalho onde quisessem.

No entanto, Marx (1867/1988, p.252) relata que os trabalhadores tiveram que vender a sua mão de obra depois que todos os seus meios de produção e suas garantias oferecidas pelas velhas instituições lhes foram retiradas. Desta forma houve uma transformação da exploração feudal para a exploração capitalista. Um ponto marcante deste processo foi a expropriação dos camponeses que tiveram seus meios de subsistência retirados, levando-os ao mercado de trabalho como proletários, detentores apenas de sua força de trabalho.

Continuando, Marx (1867/1988, p. 253) descreve a base da acumulação de capital ocorreu quando grandes massas humanas foram retiradas subitamente e de forma violenta dos seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho na condição de proletários livres como pássaros; sendo que a base de todo esse processo foi a expropriação da base fundiária dos camponeses.

Desta forma, estavam criadas as condições para que o modo de produção capitalista se consolidasse; as terras expropriadas nas mãos de um pequeno grupo, possibilitando o acúmulo crescente da riqueza concentrada nas mãos desses proprietários. Por outro lado, os trabalhadores agora livres, não tinham outra saída para sobreviverem senão venderem a sua força de trabalho.

Segundo Zeferino (2010) para que essa nova condição estabelecida entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores se consolidasse, era preciso legitimá-la, torná-la uma condição natural através da instituição de um aparato político que regulasse as contradições próprias da relação capital e trabalho, mais do que isso, favorecesse a classe dominante; daí surge o Estado Moderno. Ainda segundo a mesma autora, para que fosse possível a exploração da classe dominante em detrimento dos trabalhadores, mantendo assim a desigualdade social criaram-se alguns meios para favorecer essa prática, dentre eles o Estado e o Direito que não só permitiram a exploração e a desigualdade, mas regularam as relações desiguais no intuito de apresentá-las como se fossem iguais.

Portanto, a necessidade do Estado surgiu da sociedade de classes que está intimamente ligada ao processo econômico que foi instaurado.

Para Engels (1884/1979, p. 191), o Estado:

[...] É antes de tudo um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

O Estado da forma como foi constituído, está a serviço dos interesses da classe dominante, embora se apresente como um poder neutro que estaria voltado para os interesses de todos.

Desta forma, as condições para que o sistema capitalista se consolidasse estavam garantidas e os trabalhadores cada vez mais sujeitados aos interesses dos grandes capitalistas.

Com isso, de acordo com Zeferino (2010) o Estado capitalista embora se apresente como igualitário do ponto de vista jurídico e político, na prática exerce um papel de garantir a desigualdade real, material entre os indivíduos.

Com o reconhecimento do Estado, os grandes capitalistas tiveram condições para expandirem cada vez o seu domínio econômico e social culminando no desenvolvimento da grande indústria que posteriormente se transformaria, através de técnicas como a produção em série criada por Ford e a Organização Científica do Trabalho de Taylor levando o trabalhador a ritmos de trabalho cada vez mais acelerados e privados de utilizarem a imaginação, inteligência e criatividade em suas atividades. A partir daí, o sofrimento psíquico no trabalho acentuou-se. Conforme veremos no capítulo seguinte.

2 Sofrimento psíquico e trabalho

Ao descrever o desenvolvimento psíquico, Freud (1930/1996) no texto intitulado “O mal-estar na civilização” relata que uma criança recém-nascida ainda não diferencia o seu ego do mundo externo, aprendendo a fazê-lo somente com o passar do tempo. O ego, regido pelo princípio do prazer, tenta afastar as sensações desprazerosas, tentando de todas as formas evitar e projetar para fora de si o desprazer. Ao alcançar um estágio de maior integração, o ego consegue distinguir aquilo que é interno daquilo que vem de fora, do mundo externo, desenvolvendo condições para que o princípio de realidade seja introduzido. A partir daí, é possível que o indivíduo dotado do princípio de realidade consiga distinguir o sofrimento advindo de três direções que são: do Corpo (fadado à decadência), da Natureza (incontrolável) e da Relação com outrem (outros).

De acordo com Heloani e Capitão (2003 *apud* CARRASQUEIRA E BARBARINI, 2010) o ego pode utilizar desta mesma forma de evitar o sofrimento na vivência laboral, tanto no campo físico quanto no psíquico.

Para Dejours (1992, p.48), na vivência operária existem dois sofrimentos fundamentais que se organizam através de dois sintomas que são a insatisfação e a ansiedade. Este primeiro sintoma está relacionado com o sentimento de indignidade do qual o operário experimenta em seu cotidiano, por ser considerado apenas como uma extensão da máquina, sentir-se robotizado, não poder usar da imaginação e inteligência, tornando-se despersonalizado.

Continuando, o autor (p.49) declara que além do sentimento de indignidade há também o sentimento de inutilidade, visto que em muitas atividades exercidas pelos operários, estes não conseguem reconhecer o significado de sua função em relação ao conjunto da atividade da empresa.

As funções exercidas pelos trabalhadores que não proporcionam reconhecimento social fazem com que estes se sintam desqualificados e tenham os sentimentos de insatisfação, indignidade e inutilidade acentuados.

Segundo Dejours (1992, p. 19):

A vivência depressiva condensa de alguma maneira os sentimentos de indignidade, de inutilidade e de desqualificação, ampliando-os. Esta depressão é dominada pelo cansaço. Cansaço que se origina não só dos esforços musculares e psicossensoriais, mas que resulta sobretudo do estado dos trabalhadores taylorizados. Executar uma tarefa sem investimento material ou afetivo exige a produção de esforço e de vontade, em outras circunstâncias suportada pelo jogo da motivação e do desejo. A vivência depressiva alimenta-se da sensação de adormecimento intelectual, de anquilose mental, de paralisia da imaginação e marca o triunfo do condicionamento ao comportamento produtivo.

Ainda de acordo com o mesmo autor, é possível considerar dois componentes referentes à relação do homem com o conteúdo significativo do trabalho que são: o conteúdo significativo em relação ao sujeito que está relacionado à maneira como o trabalhador enxerga a sua atividade, o estatuto social ligado a seu posto de trabalho e o outro em relação ao objeto que se refere à atividade em si, sobre o sentido que tal atividade tem para a vida interior do sujeito. No momento em que essa relação é atingida por algum motivo, como consequência surge o sofrimento. Esse sofrimento atinge o sujeito através do conteúdo ergonômico da tarefa que está relacionado ao corpo; já o aparelho mental será afetado pelo conteúdo significativo da tarefa devido à insatisfação que a mesma lhe proporciona gerando, assim, um sofrimento que atinge a subjetividade do trabalhador.

Segundo Dejours (1992) as atividades que possibilitam ao trabalhador adaptarem uma parte de seu trabalho, escolhendo as técnicas operatórias, instrumentos a serem utilizados, bem como os materiais empregados possibilitam ao trabalhador adaptar sua atividade laboral às suas aspirações e competências, permitindo assim que algo da ordem do desejo possa emergir diante da realidade imposta pelo seu trabalho. Por outro lado, o trabalho que não permite nenhuma adaptação à personalidade do trabalhador é mais temível do que as más condições de trabalho.

O mesmo autor destaca que “[...] quanto mais a organização do trabalho é rígida, mais a divisão do trabalho é acentuada, menor é o conteúdo significativo do trabalho e menores são as possibilidades de mudá-lo. Correlativamente, o sofrimento aumenta.” (p. 52)

O trabalho também pode ocasionar sofrimento tanto físico quanto mental proporcionando ao ego um enorme sofrimento, levando-o a mecanismos defensivos e repetitivos, além de gerar angústia, ansiedade, estados depressivos, sintomas

somáticos fazendo com que o trabalhador com um ego debilitado não seja capaz nem mesmo de descobrir a origem de seu sofrimento.

Para Dejours (1994) há o sofrimento criativo que possibilita ao trabalhador movimentar-se e buscar a criatividade na vida profissional; e o sofrimento patogênico que ocorre quando o trabalhador embora tenha tentado de todas as formas transformar, aperfeiçoar a sua organização de trabalho não consegue vislumbrar nenhuma possibilidade de mudança tendo uma sensação generalizada de incapacidade diante de cobranças rígidas, atividades repetitivas e frustrantes.

Desta forma, segundo o mesmo autor, prazer e sofrimento estão relacionados à dinâmica interna da organização do trabalho e das atitudes que o trabalhador terá frente à mesma, apesar de sabermos que tais atitudes estarão sempre condicionadas a relações subjetivas e de poder.

O sofrimento psíquico no trabalho pode levar o trabalhador a aumentar a sua produtividade, segundo ele “[...] a erosão da vida mental individual dos trabalhadores é útil para a implantação de um comportamento favorável à produção.” (DEJOURS, 1994, p.96)

O sofrimento psíquico causado pela organização do trabalho nem sempre é reconhecido. Para elucidar um pouco mais sobre esse sofrimento que afeta a subjetividade do trabalhador temos como referencial os estudos baseados na psicodinâmica do trabalho de Christophe Dejours e na psicossociologia que visam entender como se dá a relação subjetiva e intersubjetiva do trabalhador com a atividade que o mesmo exerce e o sentido desta no contexto social contemporâneo. Quando falamos em subjetividade do trabalhador estamos nos referindo àquela parte do indivíduo que não deve ser esquecida ao analisarmos a sua relação com o trabalho, seus sentimentos, sofrimentos, sua sensibilidade, algo que foi denominado por Dejours como homem concreto.

Continuando, Dejours (1994, p. 160) descreve:

A psicopatologia do trabalho coloca o sofrimento no centro da relação psíquica entre o homem e o trabalho. Ela faz do sofrimento um operador da inteligibilidade que vale não apenas no domínio da subjetividade e das condutas, mas também no da produção.

Segundo Souza (2012, p. 27) “[...] as contribuições da escola Dejouriana referentes à análise prazer, sofrimento e trabalho, abordam os processos

psicossociais que interferem nos indivíduos e nas organizações.” Ainda segundo a mesma autora, a Psicodinâmica do Trabalho, criada por Dejours, tomou o termo psicodinâmica da psicanálise; além de criticar as abordagens positivistas de pesquisas voltadas para a subjetividade do trabalho, a mesma está voltada para o estudo dos movimentos psicoafetivos gerados pelas relações intersubjetivas e intrassubjetivas. Com esse dinamismo na relação entre organização do trabalho e sujeito, a Psicodinâmica do Trabalho passou a ocupar o lugar da Psicopatologia do Trabalho que até então focava na doença mental, mudando o foco para a manutenção da normalidade apesar das dificuldades enfrentadas pelo trabalhador.

No texto Introdução à psicopatologia social, Le Guillant (2006) constata que muitas manifestações psicopatológicas ocorrem sob a influência de grandes acontecimentos sociais bem como diferentes distúrbios em estruturas sociais distintas; para o autor, as condições de vida do paciente afetam diretamente sua saúde podendo levá-lo à doença mental. Um ambiente de trabalho que não haja controle da forma como é praticado pelas empresas estará livre de doença seja qual for o trabalhador que exerça aquela atividade.

Segundo Santos & Galery (2012, p. 36-37) a teoria de Le Guillant “[...] buscava ver os fenômenos de adoecimento mental ligados às condições de trabalho de forma mais concreta e ligá-los, principalmente, à organização do trabalho e aos modos de dominação.

Enquanto Dejours, segundo os mesmos autores, baseado na psicanálise, focou os fenômenos subjetivos do trabalho; em sua teoria sobre a Psicodinâmica do Trabalho, considerou os fenômenos ligados ao sofrimento no trabalho “[...] como resultantes da exploração dos mecanismos de defesa, criados para a manutenção dos conteúdos inconscientes, pela organização do trabalho.

Ainda segundo Santos e Galery (2012) a abordagem teórica de Dejours e Le Guillant possuem pontos divergentes, como por exemplo, Le Guillant defendia que as causas do adoecimento no trabalho estariam relacionadas com a situação concreta do trabalho e a etiologia da doença estaria ligada à divisão de classes e à sujeição do trabalhador ao ritmo imposto pelo capitalista; embora o sofrimento psíquico fosse utilizado pela organização do trabalho para aumentar a produção, este seria resultante da realidade concreta do trabalho e não de uma interioridade psíquica. Por outro lado, de acordo com os mesmos autores, a teoria Dejouriana defende que o subjetivo e o privado são a base do sofrimento mental, sendo que a

organização do trabalho seria responsável apenas por explorar os mecanismos de defesa criados para lidar com os processos inconscientes.

A psicossociologia contribuiu para o entendimento da saúde mental do trabalhador ao investigar a reciprocidade entre o individual e o coletivo, ao trazer o conceito de que o sujeito é constituído duplamente através de elementos intrapsíquicos singulares da ordem do inconsciente e também está inscrito num universo social (BENDASSOLI & SOBOLL, 2011, p. 61)

O trabalhador que está mais vulnerável ao sofrimento psíquico é aquele no qual a atividade que desempenha impossibilita seu reconhecimento em gêneros coletivos tornando-a dominada por regras impostas.

Segundo Bendassoli & Soboll (2011) existem três grupos que possuem um alto nível de exigência por parte da organização do trabalho e uma redução dos recursos pessoais e coletivos para enfrentá-la. O primeiro grupo são os trabalhadores envolvidos com atividades que causam transtornos músculo-esqueléticos, estresse, fadiga, formas brandas ou graves de dissociações psicológicas. O aspecto mais preocupante neste grupo é o bloqueio da atividade impossibilitando os processos de subjetivação/personalização, como por exemplo, os trabalhadores que atuam no ramo de tele atendimento.

O segundo grupo, segundo os mesmos autores, são os trabalhadores submetidos às patologias da solidão que ocorre pelo fato da atividade articular-se em torno de regras, normas, atividades e identidades comuns que fragilizam as relações coletivas e da indeterminação no trabalho que dificulta a compreensão o trabalhador acerca dos meios e fins de sua atividade. E por último, o terceiro grupo de patologias associa-se a maus tratos e à violência no trabalho, além de atividades cujo trabalhador está exposto a assédio moral e situações humilhantes ou ofensivas com as quais o mesmo não consegue lidar. (BENDASSOLI & SOBOLL, 2011 P. 67)

No próximo capítulo iremos abordar como as relações de trabalho foram se alterando para que os grupos citados anteriormente fossem levados a tal sofrimento e também em que sentido a psicologia, mais especificamente, a psicanálise podem contribuir no enfrentamento desse sofrimento.

3 O trabalho contemporâneo numa perspectiva sócio-histórica e psicanalítica

Considerando as profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, principalmente com o advento das novas tecnologias, é preciso considerar essas mudanças como algo que afeta diretamente a subjetividade do trabalhador e conseqüentemente gera sofrimento psíquico. Para compreendermos melhor como essas mudanças causam sofrimento psíquico iremos recorrer a Michel Foucault que traz em sua obra *Vigiar e Punir* um conceito fundamental para entendermos um dos fatores causadores de sofrimento psíquico no trabalho, o trabalhador sentir-se vigiado a todo o momento; Foucault dedica todo um capítulo denominado Panóptico que explica detalhadamente como funcionava essa constante vigília.

Segundo Foucault (2004, p. 165-166), o Panóptico possui as seguintes características

[...] na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face internado anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.

Essa estrutura utilizada em várias instituições servia para a observação sistemática dos corpos; a presença do vigia na torre não era tão importante, já que o fato de o encarcerado saber que poderia ser vigiado faz com que este mantenha a disciplina (FOUCAULT, 2004, p. 218). Sendo assim, o panóptico representou uma forma eficaz de adestramento espontâneo do sujeito a um poder exercido sobre ele.

Portanto, para Foucault, vigiar os corpos e controlar o tempo e o espaço do indivíduo são estratégias que garantem a docilização deste, tornando-o útil à sociedade.

Outro grande filósofo, Deleuze formulou uma teoria que segundo o mesmo, tomaria o lugar da sociedade disciplinar de Foucault; a sociedade de controle. Esse novo formato da sociedade estaria intimamente ligado às mudanças que ocorreram no modo de produção capitalista, principalmente no que se refere às inovações tecnológicas.

Segundo Deleuze (1992, p. 223-234), essa mudança:

Não é uma evolução tecnológica, sem ser mais profundamente, uma mutação do capitalismo. É uma mutação já bem conhecida que pode ser resumida assim: o capitalismo do século XIX é de concentração, para a produção, e de propriedade. Por conseguinte, erige a fábrica como meio de confinamento, o capitalista sendo o proprietário dos meios de produção, mas também eventualmente proprietário de outros espaços concebidos por analogia (a casa familiar do operário, a escola). Quanto ao mercado, é conquistado ora por especialização, ora por colonização, ora por redução dos custos de produção. Mas atualmente o capitalismo não é mais dirigido para a produção, relegada com frequência aos países do Terceiro Mundo, mesmo sob as formas complexas do têxtil, da metalurgia ou do petróleo. É um capitalismo de sobre-produção. Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados: compra produtos acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações. Já não é um capitalismo voltado para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado.

Para que essa sociedade de controle fosse estabelecida, as inovações tecnológicas foram utilizadas a fim de manter o controle social, como por exemplo, a vigilância que era restrita a locais privados, hoje as câmeras de vigilância são uma realidade em todos os ambientes nos quais transitamos; os aparelhos celulares, a comunicação pela internet que por um lado trouxeram facilidades ao indivíduo moderno, por outro, trouxeram um mecanismo de vigilância e controle eficazes, visto que os dados dos indivíduos ficam armazenados em bancos de dados facilmente acessados por quem tiver interesse.

Segundo Negri & Hardt (2001, p.42) enquanto na sociedade disciplinar o comando social ocorria por meio de uma rede difusa de dispositivos e máquinas que regulavam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas; na sociedade de controle os mecanismos de controle são distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos.

Dito isto, podemos comparar a Web de acordo com Bauman (1999) a um superpanóptico no qual o controle não se limita a um determinado lugar, mas sim, consegue abranger todos os espaços e controlar toda a informação e o

conhecimento, por conseguinte, o poder, numa sociedade cada vez mais dependente de informação.

Segundo Damião & Félix (2013) a globalização possibilitou o surgimento e a consolidação de um modo de organização econômica e social que explorasse os trabalhadores de uma forma sistemática, organizada e também disfarçada, através de empresas com a sua produção baseada em regras de produção e de acordo com o mercado; além disso, a globalização se apóia na constante revolução tecnológica com o intuito de aperfeiçoar os modos de produção, transporte e comunicação, podendo assim expandir seus negócios incorporando à economia dos países subdesenvolvidos a economia dos países desenvolvidos economicamente.

Outro ponto a ser destacado é a noção de tempo e espaço que foram radicalmente transformadas com o advento das novas tecnologias, possibilitando que as distâncias fossem encurtadas ou inexistentes e também diminuindo a dependência de práticas locais, nas quais o trabalhador era submetido. Bauman (2001) afirma que a “flexibilidade e a “expansividade” do tempo moderno tornaram-se poderosas armas na conquista do espaço visto que este já não é mais obstáculo ao tempo pois a conexão simultânea com diversas partes do mundo derrubaram tais dificuldades.

Conforme relatado por Damião e Félix (2013, p. 219), a separação entre tempo e espaço é fundamental, pois é a condição principal das novas formas de poder e da dominação do capital”. Ainda de acordo com os mesmos autores, a vigilância que era presencial passou a ser realizada à distância e está fora do alcance dos vigiados.

Para Bauman (2001, p.185), o engajamento entre capital e trabalho numa relação de interdependência seria desfacelado, a mentalidade de longo prazo que proporcionava um vínculo duradouro entre aqueles que compram trabalho com aqueles que o vendem, deu lugar à mentalidade de curto prazo cujo lema é

Flexibilidade” é o slogan do dia, e quando aplicado ao mercado de trabalho augura um fim do “emprego como conhecemos”, anunciando em seu lugar o advento do trabalho por contratos de curto prazo, ou sem contratos, posições sem cobertura previdenciária, mas com cláusulas “até nova ordem”. A vida de trabalho está saturada de incertezas.

Ora, a incerteza traz ao trabalhador vários medos e angústias sendo o maior deles o medo de ficar desempregado aumentando a competição entre os

trabalhadores. Bauman (2001, p. 188) descreve “[...] o capital rompeu sua dependência em relação ao trabalho com uma nova liberdade de movimentos, impensável no passado.

Outro ponto a ser discutido sendo o centro da discussão neste trabalho é a relação entre trabalho e saúde psíquica. Dentre as várias abordagens teóricas acerca deste assunto iremos tratar especificamente sobre o estresse ocupacional e o desgaste psíquico.

Segundo Lima; Assunção e Francisco (2010, p. 250) relatam: “O processo do estresse ocupacional estabelece-se na relação entre o sujeito e as exigências do contexto de trabalho.” Ainda, que o estresse pode atingir qualquer trabalhador, independente do nível hierárquico ou função exercida, podendo ocasionar um alto índice de absenteísmo, diminuição da produtividade, rotatividade, dentre outros.

Existem várias maneiras de abordar o fenômeno do estresse ocupacional; concordamos com Laurell & Noriega (1989) *apud* Fernandes; Pace e Passos (2010, p. 252) que o trabalho por ser uma atividade que exige criatividade, ao negar esta exigência ou dificultar o exercício da capacidade criativa do sujeito, o trabalho assume uma condição mecanizada e alienada, tornando-o uma ameaça à saúde psíquica. Essa abordagem que leva em conta o desgaste psíquico prioriza a dimensão social para compreender como se dá a relação saúde-doença no trabalho.

Segundo Seligmann-Silva (1992 *apud* LIMA; ASSUNÇÃO; FRANCISCO, 2010, P. 252-253) o indivíduo que sofre psiquicamente no trabalho pode apresentar dificuldades para expressar e distinguir seus próprios sentimentos, podendo desenvolver a partir da tentativa constante de negação para si e para os outros de sua insatisfação no ambiente de trabalho, doenças que atingem não só a saúde psíquica mas também a saúde física através de manifestações psicossomáticas comuns na realidade da organizacional contemporânea.

Diante do sofrimento psíquico do trabalhador qual contribuição o profissional da psicologia, em especial, a psicanálise poderá oferecer?

Segundo (SILVEIRA; FEITOSA E PALÁCIO 2014, p. 22)

A contribuição de uma leitura psicanalítica para a saúde mental do trabalhador está, portanto, em nos permitir abordar as diversas formações sintomáticas sem base orgânica que perpassam esse campo com base em uma lógica da singularidade de cada sujeito, considerando os significantes que marcam a história de vida de cada trabalhador.

Com isso, (p. 23), defendemos que através da clínica psicanalítica é possível proporcionar ao sujeito trazer à tona a sua subjetividade, muitas vezes excluída da lógica médica

[...] permitindo compreendermos a possibilidade de articulação entre o sintoma e o modo como cada sujeito investe libidinalmente sua relação com o outro social, incluindo seu modo de amar, de se relacionar com os outros e de trabalhar.

Neste sentido, as experiências do sujeito são significadas a partir do lugar em que o mesmo ocupa em relação à linguagem; desta forma, o sofrimento psíquico do trabalhador não deve ser associado apenas a estímulos externos, como por exemplo, organização do trabalho, mas sim de como a relação entre o trabalhador e sua atividade laboral se insere em sua economia psíquica.

Considerando que a psicanálise entende o sujeito como fundamentado no desejo, não podemos descartar este aspecto ao nos referirmos ao sofrimento psíquico no trabalho.

Segundo Dejours (1994, p.40) quanto maior a posição hierárquica do sujeito na organização, mais ele poderá se posicionar como Sujeito e exercer seu Desejo, ao contrário, quanto mais perto da base hierárquica o sujeito estiver menor as chances deste se afirmar enquanto sujeito desejante. [...] é preciso fazê-lo calar, é preciso “reprimir” o desejo, por medo que ele venha incomodar esse “comportamento” que constitui o modo cotidiano de operação.

E ainda, o trabalhador ao reprimir o seu desejo para prosseguir com sua tarefa, corre o risco de sofrer conseqüências psicossomáticas, visto que o Desejo está situado entre a Necessidade (fisiológica) e a Demanda (de amor), sendo assim ao se atacar o Desejo, o regulador natural entre psíquico e somático é ameaçado.

Na neurose o sintoma serve para obter satisfação no lugar de algo que não foi dito, que não teve representação simbólica. Esse algo não diz necessariamente de um acontecimento atual, vivido no trabalho, por exemplo, mas sim, de um real traumático que faz parte da constituição do próprio sujeito. (SILVEIRA;FEITOSA;PALÁCIO 2014).

Além da psicodinâmica do trabalho de Dejours, existem outras perspectivas psicológicas que buscam problematizar o mundo do trabalho; dentre as várias abordagens, defendemos aquelas cujo trabalhador é abordado numa perspectiva mais ampla, como cita Bendassoli & Soboll (2011, p. 60):

[...] a psicologia social do trabalho busca articular o trabalho a processos mais amplos, como representações sociais, identidade social, estruturas de poder e processos organizativos. Por sua vez, as abordagens clínicas buscam subsidiar ações de indivíduos e coletivos diante das diversas situações de vulnerabilidade no trabalho, sejam elas manifestadas, sejam objetivadas na forma de sofrimento, como também na forma de demandas, de “provas” do real do trabalho contra as quais o sujeito é chamado a se afirmar.

Ao nos referirmos à psicologia social do trabalho, estamos falando de uma abordagem que utiliza de várias fontes, como por exemplo, o marxismo e as abordagens sócio-históricas. Já a abordagem clínica está fundamentada em vários campos do saber como a psicanálise, a psicossociologia, à clínica da atividade dentre outras. É importante destacar que a clínica do trabalho, de acordo com Bendassoli & Soboll (2011, p. 60)

[...] Não se trata, podemos dizer logo de partida, de uma clínica de divã, focada em problemáticas singulares, girando em torno das fantasmáticas individuais. E também não se trata de uma abordagem que dilui o sujeito em estruturas (em geral, sociais) que o antecedem. A ênfase da clínica do trabalho aproxima-se de uma clínica social, cuja pauta de pesquisa e intervenção é a realidade vivenciada pelos sujeitos. E não sendo uma clínica exclusivamente do sujeito intrapsíquico, incorpora, em seus questionamentos, a produção social do sofrimento no trabalho, bem como a produção de circunstâncias pelas quais o trabalho é reconstruído pela ação coletiva e individual. Quer dizer, não é uma clínica do sofrimento, atenta, exclusivamente, aos aspectos deletérios e nocivos do trabalho; trata-se de uma clínica que, apesar de partir ou pressupor o sofrimento, vai além dele e enfatiza os aspectos criativos e construtivos do sujeito em sua experiência no trabalho.

Outra contribuição importante para a clínica do trabalho é a ergonomia que possibilitou conceituar o “real” na clínica do trabalho que contrasta com a tarefa prescrita.

Segundo Leplat & Hoc (1983 *apud* BENDASSOLI & SOBOLL, 2011, p.62) “O trabalho real é a atividade efetivamente realizada pelo trabalhador ou pelos coletivos de trabalho, ao passo que a tarefa diz respeito àquilo que foi prévia e normativamente concebido pela administração [...]”.

Entre o trabalho prescrito e o real, existe a ação do imprevisto, daquilo que não foi capturado pelas normas ou procedimentos; é exatamente aí que surge a função do sujeito como agente de seu próprio ato no trabalho.

Por fim, Kehl (2002, p. 14) relata que é preciso destacar o crescente mal-estar na sociedade, conseqüentemente, atingindo os trabalhadores que viram as relações de trabalho mudarem radicalmente, além disso, há uma grande apelo do mercado para que o sujeito goze indefinidamente, para isso, faz-se necessário que o sujeito não reconheça a lei que até então sustentava a renúncia ao gozo.

Sobre isso, Kehl (2002, p. 14) escreve

Essa crise agravou-se nas últimas décadas do século XX, com o declínio da era industrial e de toda uma ética do trabalho, do sacrifício e do adiamento do prazer que a amparava. A nova economia gera grande parte de seus lucros a partir da informática, da indústria virtual das comunicações e também do consumo de bens supérfluos, serviços e lazer. Essa economia produz grandes e rápidas concentrações de riquezas e alimenta-se, acima de tudo, da circulação de um bem que exclui enormes fatias pobres da população mundial. A globalização desenhou um novo mapa-mundi, no qual nações multinacionais representam interesses milionários e deixam à margem, fora de suas áreas de proteção e interesse, mais da metade da humanidade.

Ora, o que presenciamos atualmente é a sociedade baseada no consumo desenfreado, na tentativa de um gozo pleno, ideia vendida pelo capitalismo de consumo, (apesar de ser algo impossível); para que o indivíduo não fique à margem desse sistema, o mesmo busca trabalhar sobre as mais diversas formas de exploração e aniquilamento subjetivo para manter a busca de um constante gozo em detrimento à renúncia deste.

Para Kehl (2002, p. 16), além da crise da lei, há também a desmoralização do código burguês

[...] que regeu a vida burguesa durante pelo menos dois séculos, submetendo as outras classes sociais aos valores e ideais dessa mesma burguesia. Uma nova classe emergente está deslocando a burguesia tradicional de suas posições de poder, no que se refere tanto à produção e acumulação de riquezas como ao poder de ditar as normas da vida civilizada. Nenhum modo de produção foi tão abrangente quanto o capitalismo, nenhuma classe social foi tão eficiente em imprimir seu modo de vida ao mundo todo quanto a burguesia. No entanto, o apogeu da cultura e dos valores burgueses teve vida curta.

Portanto, o que presenciamos na sociedade contemporânea é a passagem da ética do sacrifício, do trabalho que sustentou o código burguês, para uma nova ética ainda sem lugar, que busca novas formas de conceber o trabalho como produção desejante em contraposição ao sacrifício.

4 Considerações finais

Podemos constatar no presente trabalho que o sofrimento psíquico contemporâneo é resultado de um longo processo no qual o sujeito foi destituído de sua possibilidade de trabalhar respeitando seus limites físicos e psíquicos. O capitalismo reduziu o trabalhador a um mero apêndice da máquina, invertendo a lógica do trabalho que até então era um processo constitutivo da identidade do sujeito, no entanto, o trabalhador não se reconhece mais na atividade que realiza, mais do que isso, se vê totalmente obrigado a adaptar-se às mais absurdas condições de trabalho que indubitavelmente geram desgaste psíquico e doenças.

O capitalismo de consumo e conseqüentemente a globalização tiveram um papel marcante neste processo no qual o trabalhador se sente vigiado a todo o momento, tendo que produzir cada vez mais não somente para garantir o seu trabalho e a sua subsistência, mas também para atender ao imperativo do consumo numa sociedade em que a regra é “Eu sou aquilo que tenho” ou melhor “Eu sou a roupa que uso, o carro que possuo, os lugares que frequento”; numa tentativa desenfreada de preencher a falta estruturante, promessa feita pelas propagandas, pelo modo de viver imposto na contemporaneidade, embora saibamos que se trata de um engodo.

Os trabalhadores ao decidirem suas profissões quase sempre se baseiam no valor do salário, dos benefícios oferecidos pela empresa, quase nunca se preocupam com a atividade em si, algo que será determinante para que ele possa manter o equilíbrio psíquico; no entanto, para o trabalhador inserido na sociedade de consumo, pouco importa se essa atividade irá afetar a sua saúde psíquica, pois as “pílulas da felicidade” (antidepressivos e ansiolíticos) estão aí para que o mesmo agüente a pressão do chefe e a carga excessiva de trabalho.

Por fim, embora saibamos que o campo da saúde mental e trabalho é complexo, acreditamos que o papel da psicologia deva ser, além de tratar o trabalhador adoecido, através da escuta e possibilidade de emergir o sujeito num contexto em que este encontra-se muitas vezes despersonalizado, intervir nas mais diversas áreas de atuação clínica, empresas, instituições para que o sujeito possa lidar com o seu sofrimento de forma a ressignificá-lo. Além disso, entendemos que tal problema deva ser tratado no âmbito multidisciplinar, com a contribuição das

várias disciplinas abordadas neste trabalho, possibilitando avançar no cuidado do trabalho enquanto atividade e conseqüentemente das pessoas que o exercem.

Referencias

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, Carlos. **Ensaio sobre o capitalismo contemporâneo**. Córrego do Macuco, outono 2006. Disponível em: <<http://www.cburke.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2014.

CARRASQUEIRA, Flora Allain; BARBARINI, Neuzi. Psicodinâmica do trabalho: uma reflexão acerca do sofrimento mental nas organizações. **Jornada de Saúde Mental e Psicanálise da PUCPR**. V. 5 N. 1, Curitiba Nov 2010. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/JM?dd1=4375&dd99=view>. Acesso em 12 set 2014.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Trad: Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Péter Pál Pelbart. São Paulo. Editora 34, 1992. p. (219-226) Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B2fYI0opdjTILXJNZGZqZU42UjA/edit?pli=1>. Acesso em 25 out 2014.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. p. 191. Disponível em: <[http://minhateca.com.br/HG.Erik/Documentos/MARX/ENGELS*2c+Friedrich+-+A+origem+da+fam*c3*adlia*2c+da+propriedade+privada+e+do+Estado+\(civiliza*c3*a7*c3*a3o+brasileira\),11698444.pdf](http://minhateca.com.br/HG.Erik/Documentos/MARX/ENGELS*2c+Friedrich+-+A+origem+da+fam*c3*adlia*2c+da+propriedade+privada+e+do+Estado+(civiliza*c3*a7*c3*a3o+brasileira),11698444.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2014.

_____. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Rocket Edition de 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>. Acesso em 05 nov. 2014.

FERNANDES, Sônia R.P; PACE, Daniela M. T. D; PASSOS, Maria F. D. Organização e Condições de Trabalho em Telemarketing: Repercussões na Saúde Psíquica dos Trabalhadores. In: JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley (orgs.) **Saúde Mental e Trabalho: leituras**. 4 ed. Petrópolis, RJ Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Tradução de Raquel Ramallete. Ed. Vozes, Petrópolis, 2004. Cap. III p. 161-187.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (Obras Completas, v.XXI).

HART, Michel.; NEGRI Antônio. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Record 2001. p. 41-46.

KEHL, Maria Rita. **Ética e psicanálise**. São Paulo, Companhia da Letras, 2002 p. 7-28.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**; prólogo de José Paulo Netto. – São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. 1, Tomo 2 Cap. XXIV – Ed. Nova Cultural. 1988. São Paulo.

SANTOS, Ana Paula Lopes dos; GALERY, Augusto Dutra. Controle sobre o trabalho e saúde mental: resgatando conceitos, pesquisas e possíveis relações. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 14, n. 1, jun. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172011000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 2 out. 2014.

SILVEIRA, Lia Carneiro; FEITOSA, Rúbia Mara Maia; PALÁCIO, Paula Danyelle Barros. A escuta do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho: contribuições da psicanálise para o cuidado em saúde.. **Psicologia em Revista**, v. 20, n. 1, p. 19-33, ago. 2014. ISSN 1678-9563. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/4576>>. Acesso em: 4 nov. 2014.

SOUZA, V. A. As transformações no mundo do trabalho e a vivência subjetiva dos trabalhadores. **Revista Aurora**, n. 5, jul., 2012. Disponível em: <<http://200.145.171.5/revistas/index.php/aurora/article/view/2361/1921>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

ZEFERINO, Beatriz. C. G. O estado moderno na relação entre capital e trabalho. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, v. 2, n.2, mar., p. 100-117, 2010. Disponível em: <<http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/7%20o%20estado%20moderno%20na%20relacao%20entre%20capital%20e%20trabalho-%20barbara%20zeferino.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2014.